



OBSERVATÓRIO LABORAL DAS AMÉRICAS



Ficha país:

b r A s I !

Ano 2022

Panorama demográfico, socioeconómico y laboral



Extensión territorial:

8.515.770 km²



Población (censo 2010)¹:

190.755.799.

Población estimada 2022:

215.261.273 personas.



Composición de la población

(censo 2010): Hombres 93.406.990 (49%), Mujeres 97.348.809 (51%). En proyección a 2018: 55,8% negra, 43,1% blanca y 1% indígena.²

Producto Interno Bruto

(PIB) 2021: 1.608.981 millones de dólares³

PIB 2022:

En el segundo trimestre el PIB registró un incremento de 2,6% en relación con el mismo período del año anterior.



Población Activa Económicamente (julio 2022):

110,1 millones de personas.

¹La información aquí recopilada ha sido obtenida del Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de los boletines más recientes a los que se tiene acceso, y del Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

² <https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/perfil-nacional.html?theme=2&country=bra&lang=es>

³ <https://www.latimes.com/espanol/internacional/articulo/2022-07-12/brasil-deforestacion-en-amazonia-llega-a-niveles-historicos>



Emprego: em julho de 2022, a taxa de emprego era de 57,8%, 100,2 milhões de pessoas empregadas.



Desemprego: 9,7 milhões de pessoas (8,9%).



Informalidade (julho de 2022): 39,307 milhões de pessoas, o que representa uma taxa de emprego informal de 39,7%.



População inativa (2022): 64,729 milhões de pessoas.



Pobreza (último trimestre de 2021): 62,930 milhões de pessoas. No final de 2021, houve 10 milhões de novos pobres.

Destaques da conjuntura de 2022

O candidato do Partido dos Trabalhadores foi eleito presidente no segundo turno das eleições no dia 30 de outubro. Com quase 51% dos votos, Lula da Silva superou Bolsonaro. O governo Lula enfrentará um retrocesso social e econômico deixado pela ultradireita, o que implica maiores esforços em seu mandato para superar a crise econômica, recuperar a segurança alimentar e garantir o direito ao trabalho em condições decentes. Para alcançar estes desafios, projeta, entre outras coisas, realizar uma reforma fiscal com impostos mais altos para aqueles que possuem mais riqueza, e realizar uma redistribuição de renda.

Bolsonaro sairá do governo deixando não apenas uma crise econômica, social e política, mas também um desastre ambiental de grande magnitude devido ao desmatamento intencional da Amazônia. As legislações flexíveis de seu governo permitiram que empresários agrícolas apoiadores

de suas políticas realizassem práticas de espoliação das terras dos povos indígenas; no primeiro semestre do ano foram incendiados cerca de 4.000 km², o registro mais alto historicamente.

De acordo com a II Pesquisa sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia, da Rede Penssan, o número de pessoas que passam fome no Brasil aumentou de 19,1 para 33,1 milhões (16% da população) entre 2021 e 2022. Este número faz parte dos 125 milhões de pessoas que sofrem alguma forma de insegurança alimentar como resultado do aumento da cesta básica familiar e dos impactos de uma economia estagnada que coloca em risco as famílias mais vulneráveis.

O ano de 2022 significou para o Brasil um cenário de fome que não se via há três décadas e o retorno ao Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), após oito anos de sua retirada em 2014. Frente a cifras dramáticas que refletem uma condição de miséria e pobreza, o presidente de extrema direita Jair Bolsonaro

minimizou a situação negando a fome no país. O programa Auxílio Brasil, com 14 milhões de famílias beneficiadas, tem sido duramente questionado por substituir apressadamente e com poucos estudos técnicos o programa de transferência de renda “Bolsa Família”, implementado por Lula em 2003 e que se mostrou bem sucedido por 18 anos.

Tornou-se evidente que Bolsonaro utilizou o Auxílio Brasil como ferramenta de captação de votos em sua campanha de reeleição. Aqueles que têm acesso a este programa podem solicitar crédito sem ter apoio financeiro para o reembolso, mas o empréstimo só seria aprovado após os resultados eleitorais, o que foi sem dúvida uma forma de garantir votos a seu favor.

Ações sindicais e de outros setores sociais

Na dimensão política e de construção da democracia, o sindicalismo brasileiro denunciou práticas ilegais de empregadores contra trabalhadores/as no local de trabalho, incluindo assédio

laboral e coação eleitoral. As centrais sindicais e o Procurador do Ministério Público do Trabalho (MPT) assinaram compromissos para lutar conjuntamente contra todo tipo de coação, pressão e assédio por parte dos empregadores no local de trabalho, destacando a necessidade de combater o assédio aos votos dos/as trabalhadores/as no reta final das eleições presidenciais. Em todo o país houve denúncias de assédio eleitoral, onde os empresários pediam o voto para o candidato presidencial Jair Bolsonaro, ou não permitiam que os/as trabalhadores/as expressassem livremente suas opiniões. Os/as sindicalistas manifestaram sua preocupação com as denúncias, que também se referiam a ameaças de redução salarial, retirada de direitos e benefícios e demissão. As denúncias foram apresentadas ao Procurador Geral do Trabalho.

Na mesma dimensão política, em articulação com diversos setores do movimento social brasileiro, foi denunciada a violência com motivação política sofrida no país durante o processo eleitoral

para as eleições presidenciais. O movimento sindical participou de várias denúncias, por exemplo em Recife, pelo ataque com armas de fogo a um prédio com a bandeira de Lula. Ao menos dois disparos atingiram a varanda do sexto andar e outros três nos andares inferiores, onde os moradores tinham bandeiras do Partido dos Trabalhadores (PT) e de apoio à candidatura de Lula. Também foi denunciado um trágico incidente no qual um policial matou a tiros Marcelo Arruda, um membro do PT. Este condenável episódio ocorreu na cidade de Foz do Iguaçu, quando o agente penitenciário federal Jorge José da Rocha chegou armado ao local e começou a disparar contra o membro do PT, que estava realizando uma festa com um tema dedicado ao PT e a Lula. De acordo com pesquisas encomendadas pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e pela Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (RAPS), diante do segundo turno das eleições presidenciais 10% dos eleitores de Lula afirmaram que poderiam não votar por medo da violência no dia da eleição. A

pesquisa revelou que 67,5% dos 2.100 entrevistados disseram temer ser atacados fisicamente por causa de sua escolha política ou partidária.

Por outro lado, na dimensão trabalhista, as confederações sindicais denunciaram que a reforma imposta durante o governo golpista de Michel Temer aumenta cada vez mais a informalidade e acaba com a possibilidade da aposentadoria, reduzindo empregos de qualidade e renda. A precariedade das relações de trabalho e a ausência de **salários e renda adequados** são consequências desastrosas dessa reforma sentida ainda mais fortemente em 2022, pois os/as trabalhadores/as não têm empregos decentes, têm empregos intermitentes e devem trabalhar mais horas por semana para ganhar uma renda mínima. Como foi apontado antes, foram drasticamente reduzidas as possibilidades de acesso à aposentadoria, mais de 39 milhões de pessoas em 2022 trabalhavam de forma informal.

Os/as trabalhadores/as de enfermagem se mobilizaram em pelo menos 17 estados do país para protestar em defesa do piso salarial para a categoria aprovada pelo Congresso da República, que foi suspenso pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Exercendo seu direito à **greve e mobilização**, los sindicatos do setor de saúde se mobilizaram lembrando que a aprovação do piso nacional de enfermagem foi conquistada após uma ampla mobilização social e debate no poder legislativo, e foi considerada uma vitória histórica para os/as trabalhadores/as do setor. Ele também apontaram que a nova lei freia a superexploração dos/as trabalhadores/as de enfermagem que durante a crise global de saúde tiveram um papel fundamental no enfrentamento da pandemia Covid-19, período em que o Brasil foi o país do mundo com o maior número de mortes de profissionais de enfermagem.

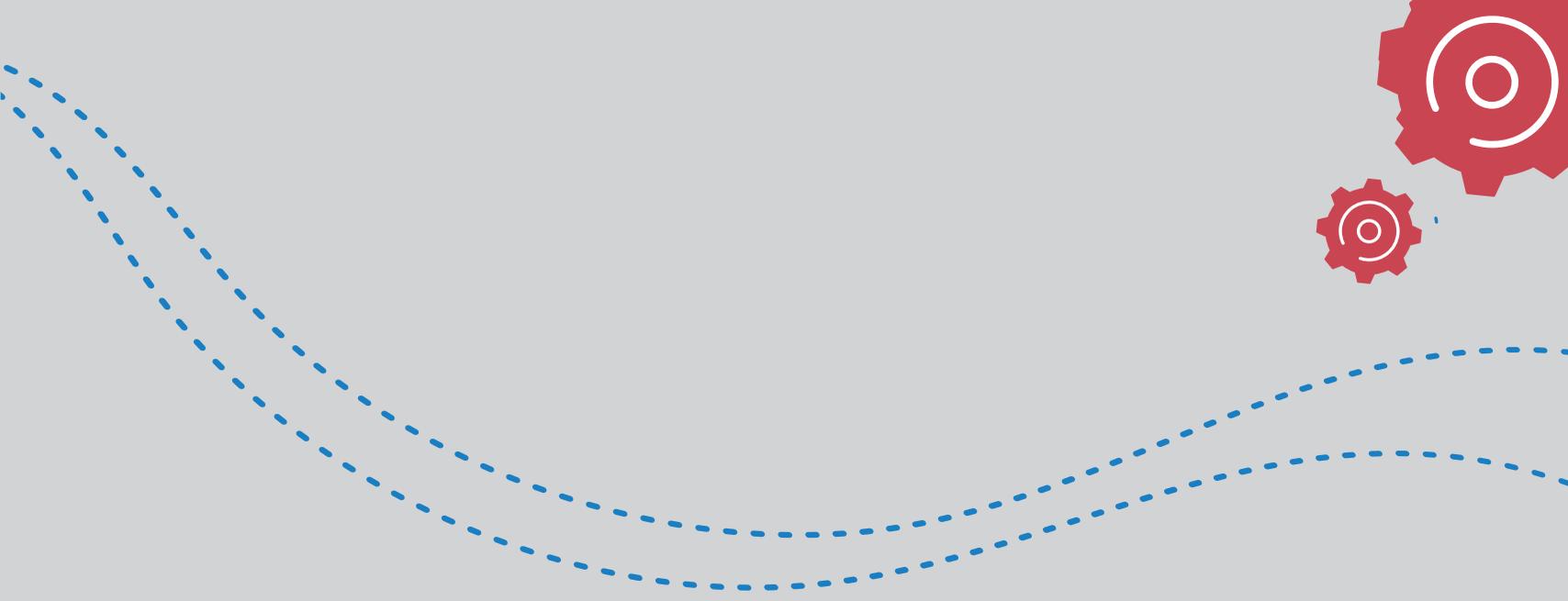
O movimento sindical propôs ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) a adaptação do atual Programa de Educação Previdenciária (PEP) para um formato voltado para os/as

sindicalistas. Foi criado um grupo de trabalho que será responsável por transformar o programa atual num instrumento didático, com o objetivo de que os/as dirigentes sindicais se tornem orientadores/as previdenciários junto a sua base de atuação, colocando o movimento sindical no primeiro plano da assistência social, contribuindo para reduzir o número de beneficiários que atualmente não recebem assistência adequada.

Na dimensão trabalhista da **negociação coletiva** Idos/as trabalhadores/as bancários/as, e dada a dificuldade das negociações com os empregadores, o movimento sindical valoriza a importância da existência de sindicatos fortes. Em meio à inflação e à instabilidade do trabalho, é importante manter as conquistas alcançadas em 30 anos de negociação coletiva nacional. Uma importante proposta no processo de negociação da Convenção Coletiva de Trabalho foi a exigência de um dia de trabalho de 4 dias sem redução de salários. Para o sindicalismo, esta

medida permitiria criar empregos, aumentar a produtividade e melhorar a qualidade de vida da classe trabalhadora. As negociações foram realizadas em um cenário marcado por transformações no Sistema Financeiro Nacional que levaram a uma redução no número de trabalhadores/as e mudanças na pirâmide ocupacional da categoria bancária, impulsionadas pela crescente digitalização das transações e pela redução das posições de serviço bancário tradicional de caixas e empregados/as.

No marco do 4º encontro do Fórum de Aprendizagem Profissional para Adolescentes e Jovens, que em 2022 reuniu vários especialistas na área, o sindicalismo brasileiro apontou a importância da **igualdade de oportunidades e de tratamento**, e a necessidade de contribuir neste tipo de espaços de construção coletiva para proporcionar contribuições substanciais na orientação e incorporação dos/as jovens no mercado formal de trabalho, e contribuir para amenizar os problemas dos/as jovens, tendo o sindicalismo como protagonista na formação dos/as cidadã(o)s.



Apoia

